

## EMENDA Nº 1-PLEN

Ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2016

Dê-se ao § 3º do art. 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, modificado pelo art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2016, a seguinte redação:

“**Art. 2º** Os §§ 3º e 4º do art. 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

‘**Art. 24.** .....

.....  
**§ 3º** O Plano de Mobilidade Urbana deverá ser **compatível com o** plano diretor municipal, existente ou em elaboração, no prazo máximo de seis anos da vigência desta Lei.

**§ 4º** ..... ”

## JUSTIFICAÇÃO

A substituição do termo **integrado** por **compatível** no § 3º acima é recomendada para que não se entenda que os documentos dos planos devem estar anexos ou que estes devam seguir o mesmo protocolo jurídico. O Estatuto das Cidades, Lei 10.257/2001, em seu artigo 40, determina que *"o plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana"*. A intenção precípua da substituição do termo é que se descarte o entendimento de que, se o plano diretor for aprovado por lei municipal, então o plano de mobilidade urbana deve também ser aprovado por lei municipal, o que dificultaria ainda mais a elaboração dos planos pelos Municípios.

Sala das Sessões,

Senadora **Simone Tebet**



SF/16292.11672-50